

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000515-47.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **ROBERTO MAURO CAVALCANTI**  
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

ROBERTO MAURO CAVALCANTI ajuizou ação contra BANCO SANTANDER BRASIL S.A., alegando que possui um cartão de crédito junto ao réu e que ao receber a fatura do mês de maio de 2013, dirigiu-se a uma casa lotérica onde efetuou, antes do vencimento, o pagamento integral da fatura, ou seja, R\$ 849,13. Entretanto, as casas lotéricas só aceitam pagamentos até o valor de R\$ 700,00, o que o levou a ter que efetuar o pagamento da fatura em dois pagamentos no mesmo dia, o primeiro no valor de R\$ 700,00 e segundo no valor de R\$ 149,13, totalizando o valor integral da fatura. Ocorre que no mês seguinte (junho/2013), recebeu uma fatura no valor de R\$ 1.128,79, onde constava duas parcelas de um suposto parcelamento da fatura do mês de maio de 2013. Apesar dos lançamentos indevidos e acreditando que na fatura seguinte tal situação seria regularizada, efetuou o pagamento integral da fatura. Contudo, no mês de julho de 2013 o réu cobrou a terceira parcela do suposto parcelamento e os valores lançados na fatura não condiziam com o valor efetivamente gasto. Assim sendo, entrou em contato o réu para regularização das cobranças indevidas, ficando acordado que se efetuasse o pagamento integral da fatura, o valor da parcela seria estornado na fatura do mês de agosto de 2013, o que não ocorreu. Procurou o PROCON, quando então conseguiu que fossem cessadas as cobranças indevidas, portanto, os valores cobrados indevidamente não foram estornados. Pediu a devolução em dobro do valor pago indevidamente e a indenização por dano moral.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Citada, o réu contestou o pedido, alegando que o autor agiu com culpa concorrente, pois como a fatura tinha como opção automática o parcelamento no valor de R\$ 149,61, o pagamento efetuado pelo autor no valor de R\$ 149,13, acarretou o parcelamento automático da fatura. Alega ainda que se houve erro na sua conduta, esta não passou de um engano justificável e que não há provas da ocorrência do fato danoso, inexistindo então dano moral a indenizar.

Em réplica, o autor impugnou os argumentos apresentados e ratificou os termos do pedido.

Oficiou-se à SERASA solicitando informações. Com a resposta, sobreveio manifestação das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O autor efetuou o pagamento integral da fatura do mês de maio de 2013, entretanto, na fatura do mês seguinte foi surpreendido com a cobrança de um parcelamento que não contratou. Obteve o cancelamento da cobrança do parcelamento, mas não conseguiu a devolução do valor pago indevidamente.

Inegável que o autor efetuou o pagamento integral da fatura do mês de maio de 2013, conforme faz prova os documentos de fls.18.

Segundo alegado pelo réu a fatura tinha como opção automática o parcelamento de R\$ 149,61, ou seja, se houvesse o pagamento de até R\$ 9,99 abaixo ou acima de um valor de parcelamento, automaticamente o parcelamento era realizado.

A opção de efetuar o pagamento da fatura perante a casa lotérica, exigiu do autor o pagamento de forma fracionada (R\$ 700,00 + R\$ 149,13 – fls.18).

Estranhável que o banco réu somente contabilizou o pagamento de R\$ 149,13, esquecendo-se do valor de R\$ 700,00, efetuados no mesmo dia e com alguns minutos de diferença.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O réu reconheceu a cobrança indevida, tanto que cessou as cobranças. Entretanto, não houve devolução dos valores pagos indevidamente.

O réu alega que não houve má-fé na cobrança indevida e que o autor agiu com culpa concorrente, pois pagou o valor do parcelamento, acarretando o parcelamento automático da fatura. Tal justificativa não dever prosperar.

Dispõe o artigo 42, parágrafo único, do CDC (Lei 8.078/90) que: *"O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável".*

Não houve malícia na cobrança do valor, senão um problema administração, decorrente do próprio sistema de pagamento de faturas. Tanto é que o réu reconheceu o erro.

A título de exemplo:

Cartão de crédito - Devolução em dobro dos valores cobrados a título de seguros Cabimento somente se provado conduta maliciosa por parte do banco réu - Inexistência de indícios de que o banco réu houvesse atuado de maneira astuta Reputada como caracterizada, afora isso, a hipótese de engano justificável, a que se refere o art. 42, parágrafo único, parte final, do CDC - Autora que deve ser reembolsada pelo valor singelo dos valores cobrados a título de seguros - Reduzida a procedência parcial da ação revisional - Apelo do banco réu provido (TJSP, Apelação nº 0006310-86.2010.8.26.0223, Rel. Des. José Marcos Marrone, j. 29.04.2015).

Pois a restituição em dobro somente teria cabimento na hipótese de prova de conduta maliciosa por parte do banco, na linha das decisões do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

Direito civil. Agravo no agravo de instrumento. Repetição do indébito. Forma simples. O entendimento dominante neste STJ é no sentido de admitir a repetição do indébito na forma simples, e não em dobro, salvo prova da má-fé. Negado provimento ao agravo" (AgRg no Ag nº 570.214-MG, registro nº 2003/0229416-7, 3ª Turma, v.u., Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, j. em 14.6.2004, DJU de 28.6.2004, p.315).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Afasta-se completamente a hipótese de malícia, tanto que o próprio autor informou na petição inicial que a origem do problema estava na impossibilidade de pagar a fatura de uma só vez, haja vista o limite de R\$ 700,00 para recebimento em agência lotérica, razão pela qual efetuou dois pagamentos distintos, pela soma do valor da fatura, o que ensejou um erro no processamento eletrônico.

Instado perante o PROCON, o réu suspendeu as cobranças indevidas, consoante o próprio autor explicou (fls. 3).

Houve estorno dos juros (fls. 37).

No que tange aos danos morais, o mero dissabor, os transtornos típicos de conflitos da vida cotidiana e outros fatos que configuram aborrecimentos comuns do dia a dia e da vida em sociedade, não constituem dano indenizável.

Não houve inscrição do nome em cadastro de devedores. Houve apenas remessa de correspondência de cobrança e aviso sobre hipótese de inclusão (fls. 34/35).

O documento de fls. 80 confirma que não houve averbação e o autor também assim reconheceu a fls. 86/87.

O simples fato do autor ter pago em duplicidade a conta da fatura e não ter tido a devolução do dinheiro, não evidencia que ele tenha experimentado qualquer constrangimento, dor ou sofrimento a ponto de ensejar reparação moral.

Pela narrativa da inicial, o que se verificou foi a ocorrência de meros transtornos e aborrecimentos, decorrentes de cobrança indevida, de repercussão meramente interna, que não autorizam o deferimento de indenização.

A propósito, a doutrina:

“Dissemos linhas atrás que o dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que agressão à dignidade humana. Que consequências podem ser extraídas daí? A primeira diz respeito à própria configuração do dano moral. Se dano moral é agressão à dignidade humana, não basta para configurá-lo qualquer contrariedade. Nessa linha de princípio, só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou irritabilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenização pelos mais triviais acontecimentos". (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 6ª Edição. São Paulo. Malheiros: 2006. p. 105)

Há ainda entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que "o mero dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige" (AgRg no REsp nº 403919/RO, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira e AgRg no Ag nº 550722/DF, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito).

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e condeno o réu a devolver para o autor, o valor de R\$ 448,83, com correção monetária a partir do respectivo pagamento e juros moratórios contados da época da citação inicial, de forma simples, sem a dobra.

Rejeito o pedido indenizatório por dano moral.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade, observando-se quanto ao autor o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**